

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS  
EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**CONCURSO PÚBLICO  
Nº 01/2020**



**Especialista de Governo - Procurador  
Jurídico**

**Tarde**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

**CARGO: ESPECIALISTA DE GOVERNO – PROCURADOR  
JURÍDICO**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Os desafios impostos aos gestores públicos, como a pressão dos administrados por resultados satisfatórios das ações governamentais e dos órgãos fiscalizadores na observância da legislação que dispõe sobre a responsabilidade administrativa, fazem com que tais gestores tendam a aperfeiçoar sua estrutura de trabalho, para assim maximizar os seus resultados. Essa estrutura deve ser capaz de avaliar a execução das atividades que são exclusivas da administração pública e, por esse motivo, deve ser constantemente revisada, atualizada e, se preciso, modificada. A organização administrativa permite às instituições coordenar de maneira eficaz as atividades rotineiras, bem como facilitar a visualização da estrutura e das relações hierárquicas e a atribuição de competência dos servidores, além da divisão das tarefas e o compartilhamento do poder.

Do ponto de vista conceitual, organização é o processo de definir o trabalho a ser realizado e as responsabilidades pela realização; é também o processo de distribuir os recursos disponíveis, segundo algum critério. Organizar é também arranjar esses recursos, que podem ser financeiros, humanos, materiais etc., de forma racional, seguindo a lógica e objetivando diminuir oscilações e processos onerosos de trabalho da melhor forma possível. No que diz respeito à estrutura organizacional, a organização administrativa reúne os elementos que constituem uma organização e como ocorre a integração entre eles. Sua importância revela-se à medida que permite o desenho e o consequente atendimento das metas organizacionais. Neste caso, as estruturas são impostas para assegurar que os membros se adequem às especificações da organização, e não o contrário. A estrutura organizacional é a “fotografia” da organização, então, a partir dela, é possível vislumbrar os vínculos de subordinação entre os níveis.

A organização administrativa baseia-se em dois pressupostos fundamentais: a distribuição de competências e a hierarquia. Isso para que haja harmonia e unidade de direção, ainda que sejam estabelecidas relações de coordenação e subordinação entre os vários órgãos que integram a Administração Pública. Ela surge como ferramenta de controle e consulta para auxiliar os gestores públicos a enfrentar as diversas demandas vindas dos administrados. No tocante à organização administrativa pública, trata-se de estruturas clássicas, complexas, com diversos níveis hierárquicos e certa estabilidade, com isso havendo resistência a mudanças, tendendo a ser burocrática e formal.

Na literatura que versa sobre a organização administrativa, encontram-se três tipos de organização, sendo eles informal, formal e militar. A organização informal pode ser descrita como o anjo que unifica socialmente um grupo para que atinja suas necessidades, e pode surgir de forma independente na organização. O líder é escolhido pelo grupo e facilmente pode ser influenciado por sentimentos pessoais

dos membros. Esse modelo traz como vantagens a rapidez nos processos, a redução da comunicação entre os níveis hierárquicos, a motivação e a integração dos membros. Por outro lado, suas desvantagens são o desconhecimento da chefia, a dificuldade de controle e o atrito entre as pessoas.

Já na organização formal, é definida uma estrutura organizacional com metas, objetivos, conjunto de regras e distribuição de papéis entre os seus membros. Isso permite que a organização foque nos objetivos estabelecidos, realize as atividades necessárias para alcançar esses objetivos, considere as habilidades e limitações tecnológicas e o tamanho da organização. Também são necessárias, para o bom funcionamento deste modelo: a divisão de responsabilidades por meio da departamentalização e da especialização; a distribuição de poder; a integralização de um sistema eficaz de comunicação para todas as unidades da organização; e a adoção de um processo decisório, que consiste em compreender o cenário institucional para que sejam tomadas decisões baseadas em informações reais e atualizadas.

Por fim, a organização militar preza pela disciplina, estando a autoridade presente desde a linha superior até a inferior, sem exceção de níveis. Suas principais vantagens são a unidade de comando, as ordens recebidas de um supervisor e a estrutura simplificada da organização. Contudo, esse modelo é recomendado somente para organizações de porte pequeno a médio e que não necessitem de profissionais especializados e de grandes recursos financeiros.

*(Texto adaptado especialmente para esta prova. Disponível em: file:///C:/Users/Tiago/Downloads/6954-Texto%20do%20artigo-23834-1-10-20141125%20(1).pdf. Acesso em: 12/03/2020.)*

**Questão 01**

Na frase “*Sua importância revela-se à medida que permite o desenho e o consequente atendimento das metas organizacionais.*” (2º§), a locução conjuntiva sublinhada:

- I. Expressa ideia de proporção.
- II. É coordenativa conclusiva.
- III. Deveria ser escrita sem crase.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

**Questão 02**

No excerto “*Também são necessárias, para o bom funcionamento deste modelo: a divisão de responsabilidades por meio da departamentalização e da especialização; a distribuição de poder; a integralização de um sistema eficaz de comunicação para todas as unidades da organização; e a adoção de um processo decisório, que consiste em compreender o cenário institucional para que sejam tomadas decisões baseadas em informações reais e atualizadas.*” (5º§), o ponto e vírgula foi utilizado para:

- A) Separar os itens de uma enumeração.
- B) Isolar palavras ou orações que se quer enfatizar.
- C) Sugerir movimento ou a continuação de um fato.
- D) Indicar suspensão ou interrupção do pensamento.

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

**Questão 03**

Considerando-se exclusivamente o excerto “*No tocante à organização administrativa pública, (...)*” (3º§), o item sublinhado pode ser substituído pelas seguintes opções que conservam o sentido original da mensagem, EXCETO:

- A) Quanto.
- B) Deveras.
- C) Em relação.
- D) Concernente.

**Questão 04**

Tomando-se por base a norma culta da língua portuguesa, considere as seguintes proposições acerca da frase “*A organização administrativa permite às instituições coordenar de maneira eficaz as atividades rotineiras, (...)*” (1º§):

- I. Se o termo “permite” fosse substituído pela forma verbal “possibilita”, o acento indicativo de crase antes da palavra “instituições” deveria ser mantido.
- II. Se o termo “coordena” fosse substituído pelo verbo “controlar”, o acento indicativo de crase antes da palavra “atividades” deveria ser empregado.

Assinale a alternativa correta.

- A) Ambas as afirmativas são falsas.
- B) Ambas as afirmativas são verdadeiras.
- C) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.

**Questão 05**

Assinale, a seguir, a alternativa em que a palavra sublinhada está sendo utilizada em sentido conotativo.

- A) “(...) organização é o processo de definir o trabalho a ser realizado e as responsabilidades pela realização; (...)” (2º§)
- B) “(...) as estruturas são impostas para assegurar que os membros se adequem às especificações da organização, (...)” (2º§)
- C) “(...) a organização administrativa reúne os elementos que constituem uma organização e como ocorre a integração entre eles, (...)” (2º§)
- D) “A organização informal pode ser descrita como o anjo que unifica socialmente um grupo para que atinja suas necessidades.” (4º§)

**Questão 06**

Na frase “*O líder é escolhido pelo grupo e facilmente pode ser influenciado por sentimentos pessoais dos membros.*” (4º§), se o termo “líder” fosse flexionado no plural, quantas palavras, ao todo, excetuando-se da contagem o termo a ser flexionado por determinação do enunciado, precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- A) quatro
- B) cinco
- C) seis
- D) sete

**Questão 07**

Analisando-se sintaticamente a frase “*A estrutura organizacional é a ‘fotografia’ da organização, (...)*” (2º§), sua oração é classificada como:

- A) Absoluta.
- B) Coordenada sindética alternativa.
- C) Subordinada adverbial concessiva.
- D) Subordinada substantiva apositiva.

**Questão 08**

Com base no que é estritamente exposto pelo texto, é correto afirmar que:

- A) A organização administrativa pública tende a ser resistente a mudanças, à estabilidade e à burocracia.
- B) Os gestores públicos estão sendo desafiados a maximizar resultados, precisando enxugar sua estrutura de trabalho.
- C) O modelo de organização militar é recomendado para organizações que prescindam de profissionais especializados, bem como de volumes financeiros polpidos.
- D) As vantagens da organização formal englobam a agilidade nos processos, a facilidade da comunicação entre os diversos níveis hierárquicos e a coesão entre seus membros.

**Questão 09**

No excerto “*Essa estrutura deve ser capaz de avaliar a execução das atividades que são exclusivas da administração pública e, por esse motivo, deve ser constantemente revisada, atualizada e, se preciso, modificada.*” (1º§), a palavra sublinhada é morfologicamente classificada como adjetivo. Vale lembrar, porém, que existe a forma verbal “preciso”, devidamente conjugada na primeira pessoa do singular do presente do modo indicativo do verbo “precisar”. Os dois termos referidos são:

- A) Parônimos.
- B) Homófonos homográficos.
- C) Homófonos heterográficos.
- D) Homógrafos heterofônicos.

**Questão 10**

O texto retrata a importância da organização administrativa na gestão pública municipal. É possível inferir que na organização desse texto predomina o uso da sequência:

- A) Injuntiva, sugerida pelo uso de discurso direto e indireto.
- B) Narrativa, porque narra a rotina e os desafios dos gestores públicos.
- C) Expositiva, pois relata fatos que resultaram na organização administrativa informal.
- D) Argumentativa, caracterizada pelo uso de refutação consistente, avaliações e conceitos.

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

**INFORMÁTICA**

**Questão 11**

Sobre as noções básicas de conhecimento de *internet*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Endereço de Protocolo da *Internet* (Endereço IP), do inglês *Internet Protocol address* (IP address), se trata de um rótulo numérico atribuído a cada dispositivo (computador, impressora, *smartphone* etc.) conectado a uma rede de computadores que utiliza o Protocolo de *Internet* para comunicação.
- II. HTTP significa: *Hypertext Transfer Protocol*.
- III. LAN (*Local Área Network*) é utilizada para realizar conexão entre redes com distâncias longas, como, por exemplo, cidades.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

**Questão 12**

O banco de dados se refere a uma coleção de dados inter-relacionados, representando informações sobre um domínio específico; em outras palavras, sempre que existir o agrupamento de informações que se relacionam entre si temos um banco de dados. Sobre banco de dados, é INCORRETO afirmar que:

- A) As chaves primárias não podem ser nulas.
- B) A modelagem lógica depende do SGBD a ser utilizado.
- C) A modelagem conceitual independe do SGBD a ser utilizado.
- D) Cada registro na tabela pode possuir várias chaves primárias.

**Questão 13**

Considere a tabela apresentada a seguir:

	A	B	C
1			
2	Notas 1º Bimestre	João	12
3		Marcos	14
4		James	45
5		Sabrina	45
6			
7			
8	Notas 2º Bimestre	João	12
9		Marcos	14
10		James	22
11		Sabrina	45
12			

O valor apresentado, em A12, após a execução da expressão =SOMASE (B2:B11;"James"; C2:C11), será:

- A) 23
- B) 45
- C) 67
- D) 116

**ATUALIDADES**

**Questão 14**

Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. Sua concepção reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza. São consideradas as características mais importantes dos direitos humanos, EXCETO:

- A) Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles nunca podem ser limitados.
- B) Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas.
- C) Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não.
- D) Todos os direitos humanos devem ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

**Questão 15**

O consumo de energia só cresce mundialmente. Porém, a mudança de paradigma a respeito de sustentabilidade mostrou que fontes renováveis de energia são fundamentais, tanto para assegurar o abastecimento atual quanto futuro. No Brasil, o uso de fontes renováveis de energia cresce a cada ano. Sobre energias renováveis, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A biomassa é toda e qualquer matéria orgânica não fóssil que, uma vez queimada, gera energia térmica que pode ser transformada em eletricidade. É considerada renovável porque pode ser oriunda de cultivos, como no caso do eucalipto ou da cana-de-açúcar, ou dos restos de cultura ou criação.
- B) A energia proveniente dos ventos ocasiona o movimento de turbinas a partir da captação da energia cinética. Essa é uma das fontes de energia alternativa que mais cresce em utilização no Brasil. Podemos afirmar que a energia eólica não apresenta nenhuma desvantagem para o meio ambiente.
- C) As hidrelétricas usam a energia oriunda da cinética de águas, principalmente por gravidade, para gerar eletricidade. O potencial hidráulico, ou seja, o quanto de energia pode ser gerada por certo rio ou corpo d'água, se expressa na capacidade de acionamento de turbinas, que são as efetivas geradoras de eletricidade.
- D) A conversão de radiação solar em eletricidade utilizável nas casas e empreendimentos é a base da energia solar fotovoltaica. Por ser uma fonte virtualmente inesgotável e quase inteiramente limpa, seu uso tem sido estimulado no Brasil especialmente na forma de Geração Distribuída (GD) por meio de mini ou microssistemas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 16**

O sentido de constituição que remete ao conceito de constituição total é:

- A) Político.
- B) Jurídico.
- C) Culturalista.
- D) Sociológico.

**Questão 17**

Estabelece o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos Estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Diante do exposto, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Lei.
- B) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da Lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- D) A Lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

**Questão 18**

Sobre o Poder Legislativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- II. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- III. A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- IV. Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Questão 19**

João possui uma propriedade localizada na zona urbana de determinado município. Tal imóvel, há muito tempo, não é utilizado, por isso está correndo risco de ser desapropriado, sob a justificativa de descumprimento da função social. Considerando o caso em tela, assinale a alternativa correta.

- A) A desapropriação, no caso de João, é de competência exclusiva da União.
- B) A referida desapropriação se equipara ao confisco, por não assegurar a João o direito à indenização.
- C) Se João não atender às notificações e prazos legais que precedem a desapropriação, ficará sujeito ao IPTU progressivo no tempo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.
- D) Para não ser desapropriado, João deverá, no prazo mínimo de 6 (seis) meses, protocolar projeto no órgão municipal competente e em um ano, a partir da aprovação do projeto, iniciar obras na propriedade.

**Questão 20**

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) são pessoas jurídicas instituídas para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização pelo Poder Público. Considerando as características das Oscips, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.
- B) Seu vínculo com a Administração Pública é estabelecido por meio de contrato de gestão.
- C) Sua criação é de iniciativa privada, devendo se habilitar perante o Ministério da Justiça para obter a qualificação de Oscip.
- D) A entidade poderá perder a qualificação de Oscip a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório.

**Questão 21**

Analise as afirmativas sobre convite, modalidade de licitação.

- I. Não permite a participação daqueles que não foram convidados.
- II. É a única modalidade de licitação em que a Lei não exige publicação de edital.
- III. Exige o mínimo de 5 (cinco) interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados ou não.
- IV. Não se obtendo o número mínimo legal de propostas aptas à seleção, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados.
- V. É modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e IV.
- B) II, IV e V.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, III, IV e V.

**CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**Questão 22**

**Sobre os bens públicos e suas respectivas características, assinale a alternativa correta.**

- A) Os bens de uso comum e de uso especial gozam de inalienabilidade absoluta e estão fora do comércio jurídico de direito público.
- B) Quando se trata de alienação de bens dominicais móveis, a autorização legislativa é necessária e a modalidade de licitação a ser utilizada é o leilão ou convite.
- C) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões ou benfeitorias.
- D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis, sendo vedada a exploração de recursos naturais por terceiros sob qualquer hipótese.

**Questão 23**

**Caio foi passar as férias na casa de sua tia em 18/03/2015, à época com 15 (quinze) anos de idade, quando, ao nadar em um rio próximo da residência, acabou tendo parte do seu corpo queimado com resíduos industriais. O rio possuía uma placa indicando a presença de material orgânico, mas que não foi vista por Caio. Sobre a responsabilidade do Estado no caso em tela, assinale a alternativa correta.**

- A) No caso em tela, excepcionalmente, será adotada a teoria do risco integral.
- B) Caio não poderá ingressar com ação contra o Estado pedindo indenização, pois o prazo prescricional para tal demanda é trienal.
- C) Não há que se falar em responsabilidade por parte do poder público, já que o dano ocorreu por culpa exclusiva de Caio, que não observou a placa.
- D) O Brasil adota a teoria do risco administrativo; por isso, a presença da placa indicativa de substância orgânica afasta a responsabilidade da administração pública.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Questão 24**

**Considerando o lançamento tributário, assinale a única opção em que ambas as afirmativas estão corretas e a segunda completa o sentido da primeira.**

- A) O lançamento fiscal, espécie de ato administrativo, goza de presunção de legitimidade. / Tal presunção dispensa a Fazenda Pública de demonstrar, no Auto de Infração, a metodologia seguida para o arbitramento do imposto.
- B) A atividade administrativa do lançamento é obrigatória e vinculada. / Entretanto, em caso de calamidade pública, poderá o agente fiscal, ao verificar o estado de hipossuficiência econômica do contribuinte, não efetivar tal procedimento fiscal.
- C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, sendo regido pela Lei então vigente. / Aplica-se a Lei posterior ao fato gerador, que institui novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando poderes da autoridade fiscal.

- D) O lançamento é procedimento administrativo complexo que compete e se efetiva pela atuação da Fazenda e do contribuinte. / Ele tem por objetivo verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

**Questão 25**

**“Concede-se, por este instituto, novo prazo para o cumprimento da obrigação tributária principal, por razões de ordem pública.” O trecho trata da definição de:**

- A) Anistia.
- B) Remissão.
- C) Moratória.
- D) Liminar fiscal.

**Questão 26**

**Decisão administrativa da receita X, processo Y, rejeitou a impugnação ao lançamento de crédito tributário, mantendo o auto de infração no valor de R\$ 800 mil. Entretanto, o contribuinte, certo de que nada deve à Fazenda e que o auto de infração contempla graves irregularidades, pretende se antecipar à eventual execução fiscal. Dessa forma, a ação mais adequada à pretensão de desconstituir o crédito e excluir o lançamento impugnado é:**

- A) A ação anulatória.
- B) A medida cautelar fiscal.
- C) Os embargos à execução.
- D) O mandado de segurança.

**DIREITO FINANCEIRO**

**Questão 27**

**Considerando a decretação, pelo Congresso Nacional, de estado de calamidade pública, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que as medidas de exceção, previstas no Art. 65 da norma:**

- A) Aplicam-se em caso de estado de sítio, somente.
- B) Aplicam-se em caso de estado de defesa, somente.
- C) Não se aplicam em caso de estado de defesa e estado de sítio.
- D) Aplicam-se, também, em caso de estado de defesa e estado de sítio.

**Questão 28**

**A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, rendimento negativo de aplicações financeiras, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.” Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o trecho apresentado é:**

- A) Verdadeiro, pois corresponde a um dispositivo legal.
- B) Falso, pois a remissão não configura renúncia de receita.
- C) Falso, pois rendimentos negativos não configuram renúncia de receita.
- D) Falso, pois a redução de alíquota não configura renúncia de receita.

**CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**Questão 29**

Considerando o processamento de determinado precatório, é entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal do descabimento de:

- A) Parcelamento de qualquer espécie.
- B) Crédito preferencial de natureza alimentícia.
- C) Fixação de prazo para efetivação do pagamento.
- D) Recurso extraordinário contra decisão de natureza administrativa.

**DIREITO CIVIL**

**Questão 30**

Considerando a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ciência hermenêutica, assinale, a seguir, a norma hierarquicamente inferior a uma Portaria normativa, expedida no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência, tratando de regras do Regime Próprio de Previdência Social.

- A) Orientação normativa expedida pela Secretaria de Previdência Social.
- B) Portaria normativa expedida no âmbito do Ministério do Planejamento.
- C) Decreto Municipal regulamentando alíquota de contribuição do servidor público.
- D) Emenda à Lei Orgânica do Município extinguindo incorporação de vantagens remuneratórias.

**Questão 31**

Considere que determinado Instituto de Previdência, dotado de personalidade jurídica de direito público, tenha publicado um ato de concessão de pensão por morte de um de seus segurados, nele constando dados de identificação pessoal, tais quais: nome, CPF e discriminação detalhada do CID da doença que o levou a óbito. Na hipótese narrada, nos termos do Código Civil Brasileiro, o Instituto:

- A) Ofendeu direito de privacidade do segurado falecido; contudo, como os direitos de personalidade são intransmissíveis, não é cabível qualquer tipo de indenização.
- B) Agiu corretamente, pois, conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal, os dados dos servidores públicos são públicos e, portanto, podem ser amplamente divulgados.
- C) Poderá ser condenado a cessar o dano, retirando a publicidade e retificando o ato concessório, podendo o pedido de providências ser requerido por um parente de quarto grau do segurado falecido.
- D) Deverá comprovar que a divulgação do CID tem caráter informativo, educativo ou de orientação social, conforme determina a Publicidade, princípio hierarquicamente superior ao da Privacidade.

**Questão 32**

Considere que tenha sido apresentado ao Instituto de Previdência o atestado de óbito de determinado servidor para fins de pensão por morte. No que tange à lei de registros públicos, do atestado de óbito não poderá faltar:

- A) Hora do falecimento.
- B) Número e série da Carteira de Trabalho.
- C) Naturalidade e residência dos pais do falecido.
- D) Número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física.

**Questão 33**

Considerando as teorias sobre o dano moral, estético, coletivo e social, conforme sumulado pelos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- A) Incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.
- B) Não cabe aplicação de dano moral quando o lesado é pessoa jurídica.
- C) A indenização por dano material e estético exclui o direito de indenização por dano moral.
- D) No dano ambiental, a condenação em obrigação de fazer pode cumular-se com o dever de indenizar.

**Questão 34**

Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, caso provado que determinado procurador municipal exarou opinião técnica com erro grosseiro e que deste ato tenha ocorrido dano ao erário, referido agente público:

- A) Não responderá por suas decisões ou opiniões técnicas.
- B) Responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas.
- C) Responderá objetivamente por suas decisões ou opiniões técnicas.
- D) Não responderá por opiniões técnicas, mas apenas por suas decisões.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Questão 35**

Na hipótese de mandado de injunção, a norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos

- A) *ex tunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, em qualquer hipótese.
- B) *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, em qualquer hipótese.
- C) *ex tunc* em relação aos beneficiados por decisão, ainda que não transitada em julgado, se a norma nova for menos favorável.
- D) *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

**Questão 36**

Considere que o dirigente da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru – Funprev tenha sido notificado para apresentar informações em determinado mandado de segurança. Nos termos da legislação vigente, o prazo de resposta será de

- A) 10 (dez) dias corridos, pois os prazos no mandado de segurança são todos materiais.
- B) 20 (vinte) dias corridos, pois os prazos no mandado de segurança são contados em dobro.
- C) 15 (quinze) dias úteis, pois os prazos processuais foram unificados pelo Código de Processo Civil.
- D) 10 (dez) dias, contados em dias úteis por aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

**CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**Questão 37**

**Nos termos da legislação vigente, relativamente ao *habeas data*:**

- A) Cabe agravo de instrumento em face da sentença que negar o *habeas data*.
- B) A petição inicial deve vir acompanhada do recolhimento das custas processuais.
- C) A apelação é o recurso cabível em face da sentença que concede o *habeas data*.
- D) O instrumento judicial é cabível para se obter vista de processo de aposentadoria.

**Questão 38**

**João ingressou com ação popular em face da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru – Funprev, sustentando que a contratação de determinada assessoria se configurava lesiva ao patrimônio público. Nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que:**

- A) João deve propor a ação somente contra a pessoa jurídica e não contra as autoridades eventualmente envolvidas.
- B) Caso João solicite informações para instruir a ação, a Fundação deve, em regra, negar, alegando falta de interesse de agir.
- C) João deve provar a condição de cidadão demonstrando que reside no município de Bauru há pelo menos 2 (dois) anos.
- D) Se provada que a contratação visa a fim diverso do previsto na regra de competência, configura-se hipótese de desvio de poder.

**Questão 39**

**Nos termos do Código de Processo Civil, sujeita-se, em regra, ao duplo grau de jurisdição a sentença:**

- A) Fundamentada em Súmula firmada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B) Que julgar totalmente improcedentes os embargos à execução fiscal relativa a tributo municipal.
- C) Fundamentada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D) Que condene fundação pública municipal a pagar indenização no valor de 200 (duzentos) salários mínimos a servidor público.

**DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS**

**Questão 40**

**A Lei nº 7.347/85 disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Assim, nos termos da referida Lei, assinale a alternativa correta.**

- A) Tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar a autarquia que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil.
- B) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças à parte lesada para essa tome as providências cabíveis.

- C) Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o juízo iniciará de ofício a fase de cumprimento de sentença, sendo facultado igual iniciativa aos demais legitimados.
- D) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

**Questão 41**

**Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Os TACs têm natureza consensual e são compromissos de adequação de determinada conduta ao ordenamento jurídico.
- B) No TAC, os agentes econômicos estarão trocando uma obrigação incerta, por uma obrigação certa de fazer ou não fazer.
- C) As consequências do descumprimento do TAC serão unicamente as que nele estiverem previstas. O mesmo não ocorrerá quando o efeito for suspensivo.
- D) O TAC é um instrumento para prevenir litígios; não sendo aplicado como medida terminativa de litígios, já que para sua celebração é dado efeito suspensivo.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**Questão 42**

**Flávio, funcionário devidamente registrado em determinada empresa e com mais de 5 (cinco) anos de contribuição, sofre acidente automobilístico. Em face do ocorrido, Flávio ficou impossibilitado de exercer suas funções habituais e postulou junto ao INSS o recebimento de Auxílio-Acidente. Sabendo que o valor do Salário Benefício de Flávio é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e a média dos últimos 12 (doze) salários de contribuição é de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), assinale o correto valor da renda mensal inicial que Flávio irá receber com relação ao Auxílio-Acidente.**

- A) R\$ 1.045,00
- B) R\$ 1.350,00
- C) R\$ 1.850,00
- D) R\$ 2.000,00

**Questão 43**

**A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da Lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:**

- A) Equidade na forma de participação no custeio.
- B) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

**CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**Questão 44**

**Analise as afirmativas a seguir.**

- I. O prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício é de 10 (dez) anos.
- II. O prazo decadencial começa a fluir do primeiro dia subsequente ao do recebimento da primeira prestação ou da data em que a prestação deveria ter sido paga com o valor revisto.
- III. O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- IV. O prazo decadencial começa a fluir no primeiro dia do mês subsequente em que o segurado tomar conhecimento da decisão de indeferimento, cancelamento ou cessação do seu pedido de benefício ou da decisão de deferimento ou indeferimento de revisão de benefício, no âmbito administrativo.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**Questão 45**

**Sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A incidência da contribuição do inativo e do pensionista no regime próprio não implica tratamento diferenciado com os beneficiários do RGPS, os quais gozam de imunidade sobre as suas aposentadorias e pensões.
- B) Os regimes próprios são sistemas fechados de proteção previdenciária que têm como filiados os servidores titulares de cargos de provimento efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
- C) A Emenda Constitucional nº 41/2003 previu a contribuição dos servidores inativos e pensionistas; com isso, a solidariedade no regime próprio foi levada ao seu grau máximo onde todos os sujeitos vinculados ao regime próprio contribuem para a sua manutenção.
- D) O servidor estável, abrangido pelo Art. 19 do ADCT, e o admitido até 5 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, possui direito líquido e certo para se filiar ao regime próprio do ente federativo, independente de previsão no estatuto do servidor.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA BAURU**

**Questão 46**

**São princípios e diretrizes que norteiam o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, EXCETO:**

- A) Equidade.
- B) Distribuição.
- C) Universalidade.
- D) Concurso Público.

**Questão 47**

**Nos termos da Resolução nº 76, de 06 de dezembro de 2018, são requisitos para que o indivíduo seja elegível à função de conselheiro, EXCETO:**

- A) Ter cumprido o estágio probatório.
- B) Possuir formação de nível médio completo.
- C) Contar no mínimo com três anos no serviço público municipal.
- D) Não ter sido condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado.

**Questão 48**

**Analise as afirmativas a seguir e julgue-as de acordo com o disposto na Lei nº 5.804, de 10 de novembro de 2009.**

- I. É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de seus direitos.
- II. É dever do administrado perante a Administração expor os fatos conforme a verdade e demonstrar o seu efetivo interesse.
- III. O interesse indireto na matéria não impede o servidor ou a autoridade de atuar em processo administrativo.
- IV. Quando duas ou mais pessoas pretenderem da Administração o reconhecimento ou atribuição de direitos que se excluam mutuamente, será instaurado processo administrativo para a decisão.

**Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)**

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 49**

**Considerando o disposto na Resolução nº 61, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Código de Ética e Conduta no âmbito da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru, assinale a alternativa correta.**

- A) A preservação do sigilo pelos integrantes da FUNPREV inclui a não disponibilização de dados e informações, mesmo a quem de direito.
- B) Após o exercício do mandato dos membros do Comitê de Ética pelo período de dois anos estarão estes impedidos de ser reconduzidos.
- C) A FUNPREV adota como prática o elogio e a advertência públicos, considerados como forma de reconhecimento e orientação de desempenho.
- D) A intempestividade no fornecimento da informação ao usuário vai de encontro a um dos critérios de relacionamento dos integrantes da Fundação com Participantes, Assistidos e Usuários, estabelecidos pelo Código de Ética.

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

Questão 50

“A \_\_\_\_\_ é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de inspeção médica.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) readmissão
- B) recondução
- C) readaptação
- D) aproveitamento

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

**CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**PROVA DISCURSIVA (PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL: PEÇA PROCESSUAL)**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva (Peça Processual) é de caráter eliminatório e classificatório; será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva (Peça Processual) deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva (Peça Processual) terá extensão máxima de 150 (cento e cinquenta) linhas para o texto. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- Será atribuída nota 0 (zero) à prova que apresentar peça jurídica inadequada ao tema proposto; apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, marca ou informação não pertinente ao solicitado na proposta da Peça Processual que possa permitir a identificação do candidato; apresentar sinais de uso de corretor de texto ou de caneta marca-texto; estiver faltando folhas; estiver em branco; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou não for redigida em português; apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; e, ainda, apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal.
- O candidato deverá assinar única e exclusivamente no local destinado especificamente para essa finalidade na capa do caderno de textos definitivos, não podendo conter, em qualquer outro local do caderno da prova, nome, assinatura, rubrica ou qualquer palavra e/ou marca feita pelo candidato que possa permitir sua identificação, sob pena de ser atribuída nota 0 (zero) à sua Prova Discursiva (Peça Processual).
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva (Peça Processual) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
<b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>	<b>41 pontos</b>
<b>ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO</b>	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
<b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>	<b>9 pontos</b>
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
<b>OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:</b>	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 3	8,50
De 4 a 6	8,00
De 7 a 9	7,50
De 10 a 12	7,00
De 13 a 15	6,50
De 16 a 18	6,00
De 19 a 21	5,50
De 22 a 24	5,00
De 25 a 27	4,50
De 28 a 30	4,00
De 31 a 33	3,50
De 34 a 36	3,00
De 37 a 39	2,50
De 40 a 42	2,00
De 43 a 45	1,50
De 46 a 48	1,00
De 49 a 51	0,50
Acima de 52	0,00

**CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

**OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:**

1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva (Peça Processual).

**Analise os seguintes questionamentos do Prefeito Municipal de Bauru relativamente ao Regime Próprio de Previdência Social:**

- 1) A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou as regras de concessão de aposentadoria previstas no Art. 40 da Constituição Federal. Estes novos parâmetros de idade e tempo de contribuição são autoaplicáveis aos Municípios? Responda e fundamente.
- 2) Considerando que uma servidora municipal, em 12.11.2019, tenha implementado condições de aposentadoria voluntária integral, calculada pela média, quais os requisitos constitucionais de idade, tempo de contribuição, tempo no serviço público e tempo no cargo efetivo deverá comprovar?
- 3) Nos termos da Emenda Constitucional nº 103/2019, qual o valor mínimo de alíquota a ser cobrada do servidor municipal, considerando que o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) esteja deficitário? Uma vez criada por lei, a alíquota poderá ser imediatamente cobrada dos servidores?
- 4) Considerando que o Regime Próprio de Previdência Municipal de Bauru tenha perdido a certificação de regularidade previdenciária, quais as 3 (três) consequências para o Município, conforme previsto na Lei Federal nº 9.717/98?

**Na qualidade de Procurador do Instituto de Previdência do Município de Bauru – SP, redija um parecer respondendo e fundamentando de maneira completa aos questionamentos, observada a estrutura adequada da peça e manifestando sua opinião técnica quanto ao solicitado, à luz do ordenamento jurídico brasileiro vigente. Não apresente as respostas em tópicos avulsos; redija texto claro, coeso e concatenado.**

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PROCESSUAL)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	

CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

RASCUNHO





## INSTRUÇÕES

**É necessário uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.**

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente.
2. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, códigos, qualquer espécie de legislação, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos/acessórios: bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares, acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro), óculos de sol e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e o candidato ELIMINADO automaticamente do processo de seleção. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do certame em tela, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior. A Prova Discursiva (Peça Processual) será aplicada apenas para o cargo de Especialista de Governo – Procurador Jurídico.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo Especialista de Governo – Procurador Jurídico) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 5h30min (cinco horas e trinta minutos) para o cargo de Especialista de Governo – Procurador Jurídico; e para o cargo de Especialista em Gestão Administrativa e Serviços – Contador, as provas terão duração de 3h30min (três horas e trinta minutos). Este período abrange a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (cargo de Especialista de Governo – Procurador Jurídico).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (cargo de Especialista de Governo – Procurador Jurídico), devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas objetivas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir de 2 (duas) horas após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Deverão permanecer em cada uma das salas de aplicação da prova objetiva, os 3 (três) últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.

## RESULTADOS E RECURSOS

- O prazo para interposição de recurso será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da divulgação ou do fato que lhe deu origem.
- Caberá recurso contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: o indeferimento da isenção do pagamento da taxa de inscrição, a inscrição como não deficiente, inscrição dos candidatos e solicitação de atendimentos especiais, divulgação do gabarito oficial e divulgação dos resultados das etapas.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.